

MOEDAS DE X RÉIS DE D. JOÃO V COM AS DATAS DE 1712 E 1713

José Rodrigues Marinho

INTRODUÇÃO

As moedas de cobre de X réis dos últimos anos do reinado de D Pedro II e do início do governo de D. João V foram então a maior espécie fabricada com um balancé. A passagem da cunhagem designada “a martelo” para uma emissão mecânica, na verdade ainda incipiente e em grande parte manual, foi um avanço importante para a imagem da moeda, a sua regularidade, a facilidade da leitura, o seu manuseamento e acondicionamento, a maior dificuldade de falsificação, a ausência de cerceio e muitas outras vantagens para a população. Para as oficinas monetárias termos de descobrir, com estes estudos, quais foram os benefícios.

As primeiras moedas de cobre de D. Pedro, príncipe, foram fundidas, ditas “vazadas”, uma rara experiência na amoedação portuguesa. A ordem do Conselho da Fazenda, de 3 de Junho de 1676, para o seu fabrico, determinava que entrassem 200 réis em cada arrátel. Assim, a moeda de dez réis pesaria cerca de 22,95 gramas.

As poucas espécies em cobre que aparecem datadas de 1682 e 1683, também em nome de D. Pedro príncipe, e de 1688, já rei, terão sido ensaios neste metal com a nova máquina, quer para calcular a quantidade de cunhos a abrir para emissões que podiam variar de milhares a centenas de milhar de moedas quer para testar todo o comportamento do novo fabrico. Uma parte desses ensaios monetários terá circulado, ou todos — *três arrobas e meia de cobre novo reduzido a moeda* (pouco menos de cinquenta e um quilos e meio) —, pelas razões já expostas por Teixeira de Aragão e documentadas na nota 2 da p. 67, vol. II, da sua “Descrição... das moedas...”, no final dos comentários às cunhagens em nome de D. Pedro II. Todavia, não se prestam aos estudos que temos em vista sobre o trabalho da casa da moeda, ou de uma oficina, para uma determinada emissão normal.

Desconhece-se a talha destes primitivos exemplares batidos com o balancé, por nada constar sobre o seu fabrico. O seu peso não é, com certeza, o da moeda vazada.

Foi publicado na revista NVMMVS, 2.^a série, vol. XXI/XXV, da Sociedade Portuguesa

de Numismática, em 2002, um estudo com o título “As emissões em cobre de D. Pedro II nos anos de 1699 e 1703”, as quais foram as primeiras planeadas com a nova fábrica para a circulação regular da moeda desse metal em todo o território do continente. Esse estudo revelou que essas emissões iniciais com o balancé, quando comparadas com a cunhagem fabricada com o martelo, foram muito simplificadas: os cunhos abertos para qualquer das faces foram menos e, em regra, em número igual, as moedas ficaram centradas, todas semelhantes e não apresentam a gravura ressaltada. As oito séries estudadas, projectadas em Quadros com as espécies que então foi possível registar, mostram uma sequência normal na utilização dos cunhos e não se notou que algum deles tivesse sido usado uma segunda vez para complemento das emissões.

O Alvará de 17 de Fevereiro de 1699, que criou estas moedas, não dá qualquer informação sobre o fabrico, pelo que, também aqui, a respectiva talha terá de ser tirada delas. Para as quatro séries desse ano, e também para as de 1703, se utilizarmos o peso médio das moedas registadas e a quantidade estimada no fabrico de cada série, o cobre usado naquele primeiro ano de cunhagens, terá sido próximo de quatro mil quilos, e no outro ano cerca de mil e setecentos. Estes pesos poderão ser ajustados em função do uso ou da circulação.

Vamos agora apresentar uma pequena parte do estudo seguinte, sobre as primeiras séries em cobre de D. João V, entre 1712 e 1721, as quais são uma continuação, pelo menos na tipologia das moedas, daquelas últimas emissões de cobre de D. Pedro II.

As primeiras emissões em cobre de D. João V

D. João V sucedeu no trono a seu pai, falecido em 9 de Dezembro de 1706, e foi aclamado em 1 de Janeiro do ano seguinte, com dezassete anos de idade.

Teixeira de Aragão, na página 89 do Tomo II da “Descrição... das moedas...”, refere um decreto, com data de 14 de Dezembro de 1707, para se fabricarem 12.000\$000 réis em cobre, com declaração de ser *na mesma fôrma que se lavrou nas ocasiões passadas*. A seguir comenta: “A maneira por que se acha redigido o documento, e não constar a existência de moeda de cobre de D. João V anterior a 1712, leva-nos a suspeitar que a cunhagem, se chegou a fazer-se, foi com os cunhos de D. Pedro II,”... Na nota 5, no final dessa página, esse autor menciona o teor do decreto: “O conselho da fazenda ordene que na casa da moeda desta cidade se laurem trinta mil cruzados em moeda de cobre, na mesma forma que se laurou nas ocasiões passadas. Lix^a 14 de Dezembro de 1707. Com a rubrica de Sua Magestade. (Arch. da casa da moeda, registo geral, liv. II, fol. 134 v.)”.

Por Aragão ter suspeitado que a emissão referida no decreto de 1707 poderia ter sido feita antes de 1712, com os cunhos de D. Pedro II, e também por, no estudo publicado sobre estas cunhagens, elas serem por nós estimadas em cerca de quatro milhões de réis, o que aquele autor não terá podido avaliar, e ainda por o montante a fabricar, ordenado pelo Conselho da Fazenda e rubricado pelo rei, ser de trinta mil cruzados, equivalente ao de doze milhões

de réis, resolvemos consultar o citado registo geral da Casa da Moeda, onde poderia estar o esclarecimento do assunto.

No *Livro Segundo do Reg. geral q. Serve de Registo dos Decretos, Ordens e provisoens e tudo o mais tocante ao governo desta caza da moeda que começa em 17 de Mayo de 1687*, no início do verso da folha 134, está um traslado com o título *Treslado de hu decreto de S. Mag. de cordem do Cons. o da Faz. da por q. foi servido mandar laurar trinta mil cruzados em moeda de cobre*, a que se segue, duas linhas abaixo, *O Consl^o da fazenda ordene q. na caza da moeda desta cid. e se laurem trinta mil cruzados em moeda de cobre, na mesma forma q. se laurou nas ocasioens pasadas Lx.^a 14 de dez^o de mil e setecentos e sete. Com a Rubrica de S. Mag. de.*

A meio da linha seguinte está: *Desp.^o do Consl.^o*, e na linha abaixo: *O Provedor da caza da moeda dê comprimento ao decreto de Sua Mag. de Lx.^a dezaseis de dez.^o de mil e setesentos e sete. // Com seis Rubricas dos ministros do Consl^o da Fazenda.*

A meio da linha seguinte está: *Desp.^o do Provedor*”, e na linha abaixo: *“Registeçe no L.^o do Registo desta caza da moeda Lx.^a 23 de mayo de mil e setesentos e doze // Foncequa // Registo do Consl^o // Registado a Fs 136.* Note-se que a data 23 está sublinhada no próprio livro.

Assim, por este traslado, afigura-se que o decreto de D. João V para a cunhagem da moeda de cobre, assinado nos finais de 1707, só terá sido remetido pelo Conselho da Fazenda ao Provedor da Casa da Moeda em Maio de 1712. Também se afigura que, para a sua obra “Descrição ... das moedas...”, Teixeira de Aragão não terá lido, no todo, este livro do registo geral da Casa da Moeda, presumindo-se que tenha trabalhado com extractos, neste caso apenas da primeira parte do traslado, até “com a rubrica de Sua Magestade”, ficando sem saber que no final estava a data do registo naquela Casa.

Quanto ao intervalo de quatro anos, até ser comunicada à Casa da Moeda a Ordem visada pelo rei para a cunhagem de moeda de cobre, não podemos conjecturar sobre se esse período foi ou não demasiado longo. O Conselho da Fazenda é que ponderava a necessidade da moeda a circular e a sua quantidade, em regra com bastante antecedência.

É sabido que a Casa da Moeda não esteve inactiva até 1712. Pelas moedas verifica-se que as emissões em prata com o nome de D. João V tiveram início logo em Dezembro de 1706, pelo menos a abertura de cunhos, e as de ouro existem desde 1707, em todos os valores clássicos, moeda, meia moeda e quarto. Ainda, pela grande afluência de ouro, eram também abertos em Lisboa os cunhos para o funcionamento da oficina do Rio de Janeiro, o que reduziria muito a disponibilidade do tempo dos abridores. Continuou-se com a recolha das espécies em prata batidas a martelo, de reinados anteriores, por estarem contramarcadas e principalmente cerceadas, as quais foram substituídas. Por tudo o que referimos, acreditamos que a Ordem para a nova cunhagem do cobre foi retida, propositadamente, pelo Conselho da Fazenda.

Os problemas que aqui aparecem focados, quanto ao fabrico e à utilização dos cunhos, surgiram da observação das moedas, pois esses aspectos raramente são registados pela Casa

da Moeda. Do pouco anotado afigura-se que, logo a partir do começo, muito controverso e demorado, da amoedação em cobre deste reinado, todo o trabalho visaria a redução premente dos gastos oficiais, com uma maior produtividade.

As emissões de 1712

A primeira cunhagem de cobre em nome de D. João V, datada de 1712, é também por nós considerada um ensaio, preparatório para emissões maiores, muito embora essas moedas tenham sido logo postas a circular. De facto, as moedas de 1712, além de se encontrarem batidas apenas com um par de cunhos para cada um dos quatro valores tradicionais no cobre, o que indicia emissões muito pequenas, são hoje relativamente escassas, em especial os X e os V réis, de que só conseguimos ver 10 exemplares da primeira e 7 da segunda. Aceitamos por isso que, nestas duas primeiras séries, os cunhos não tivessem trabalhado até à inutilização. Dos III réis já registámos 30 moedas e do real e meio 33.

Toda a tipologia desta moeda de cobre, de 1712 a 1721, é a continuação das séries finais de D. Pedro II, com as datas de 1699 e 1703. No entanto, as diferenças encontradas entre as moedas de D. Pedro II e as do seu sucessor, D. João V, não se resumem apenas às modificações, no anverso, da sigla P II para J V, e, no reverso, à do ano da cunhagem, que evidentemente tinham de ser feitas. A principal alteração que se verificou foi no peso dos novos exemplares, que desceu muito, cerca de vinte e cinco por cento. Na análise dos custos do fabrico era importante que assim tivesse acontecido, após a experiência daquelas primeiras séries, pois então o País quase não tinha cobre. A emissão das moedas de pequeno valor, que serviam toda a população, obrigava à importação do estrangeiro de um grande volume do metal.

No estudo já publicado, referimos o peso de 20,27 g numa moeda de X réis de 1799, a nº 106, mas vimos outra com 20,05 g, e outras com mais de 19 e de 18 g. Na série de 1703 o maior peso encontrado foi de 18,45 g. O peso médio então calculado, das moedas de 1799, foi de 15,80 g, o qual, com novas adições, é agora superior a 15,87 g, e pode ainda ser corrigido com o desgaste de 1% ao ano, aceite em regra. Estas moedas de cobre foram escasseando bastante, como facto natural, até 1712, quando foi decidido repor os quantitativos considerados suficientes para uma circulação normal. Também muitas eram desviadas ilegalmente para pequenas indústrias civis, pela compensação de custos.

Passados trezentos anos, as moedas de cobre dessa época que temos hoje, são em grande parte exemplares perdidos. Se acrescentarmos, ao peso médio de 15,87g, um desgaste entre dez a doze anos de uso corrente, teremos um peso médio inicial de cerca de 17,55 g, que pressupõe uma talha de 26 moedas de X réis por arrátel, já longe da cunhagem de 200 réis, também por arrátel, ordenada para a moeda vazada de D. Pedro príncipe. Entre estes dois pesos estará o dos ensaios iniciais com o balancé, de 1682 a 1688, autorizados a circular por

D. Pedro II, e que têm sido apresentados com o peso, não comprovado, da moeda fundida.

Nas 10 moedas de 1712 o peso mais elevado é de 13,54g, e desce até 10,65g, com a média de 12,18g. Na série de 1713, de que trataremos a seguir, o peso mais alto encontrado foi de 15,23g, e, acima de 15,00g, só achámos outros dois, mas a diferença da mais pesada para a correspondente de 1699 é de 24,85% e os pesos médios diferem de 21,7%.

Creemos, pois, que esta redução no peso das espécies de D. João V não terá sido por um presumível aumento do custo do metal numa dezena de anos, mas sim para obter uma diminuição grande das despesas com a compra do cobre no estrangeiro e para tornar mais caras as moedas que saíam da circulação, às escondidas, retiradas para trabalhos particulares.

Acontece que o actual catálogo de “Moedas Portuguesas” para guia dos coleccionadores refere, na sua terceira edição, a existência de mais um exemplar de X réis de 1712, com um outro cunho de anverso, o qual tem um ponto sobre o J, e, na edição seguinte, ainda um outro anverso, diferente dos anteriores, sem qualquer deles estar documentado com reproduções fotográficas.

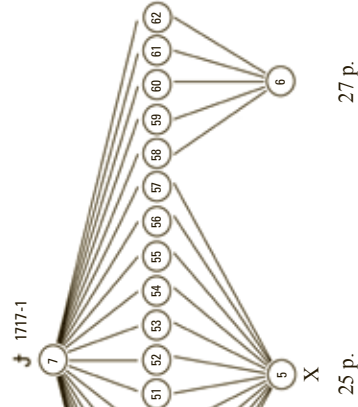
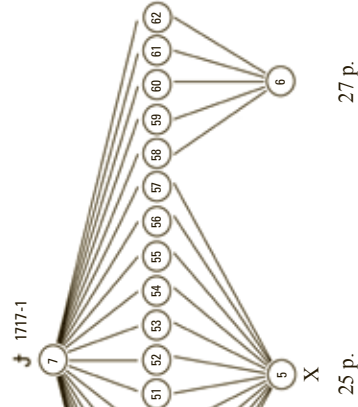
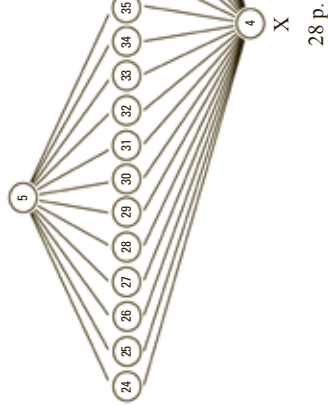
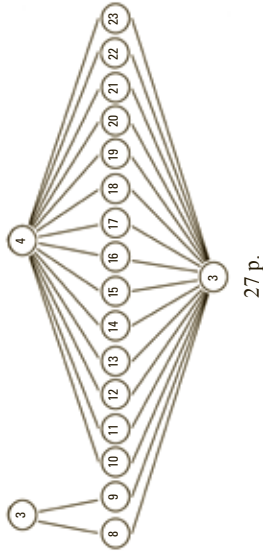
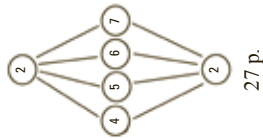
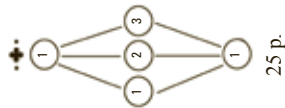
Pelo estudo das emissões de D. João V, poderá aceitar-se a possível existência destas duas últimas espécies com a data de 1712, que não conseguimos ver e cujo reverso será, certamente, o mesmo do da série normal. Mas esse estudo também indica que as primeiras moedas de cobre de D. João V, do valor de X réis, postas a circular com a data de 1712, foram batidas com um mesmo e único par de cunhos. Embora escassas, são as que se encontram. Na série de X réis de 1713, apresentada a seguir, iremos comentar o que foi possível apurar para o esclarecimento daquela e de outras anomalias encontradas.

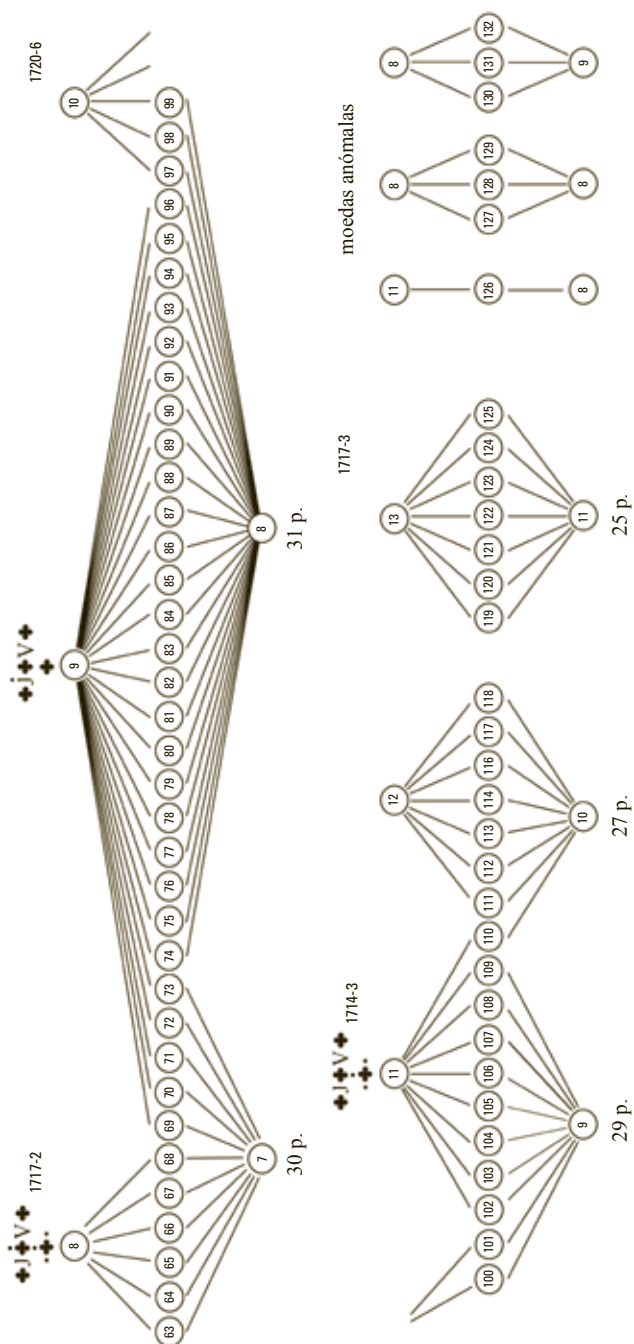
A série de X réis de 1713

Foram observadas 132 moedas de X réis com a data de 1713, nas quais se distinguem 13 aversos e 11 reversos. Destas moedas, 125 estão distribuídas por seis grupos que não foi possível interligar, ou por não terem sido encontradas as correspondentes ligações ou por os dois cunhos em uso terem sido considerados inoperativos ao mesmo tempo. Não colocamos a hipótese de esta série ter sido efectuada com mais de um balancé, por não a acharmos muito extensa. As sete moedas restantes, em três outros grupos, são consideradas anómalas, por os respectivos cunhos não poderem inserir-se dentro do fabrico normal da série, não obstante estarem lá representados.

No Quadro I estão figuradas as 132 moedas, agrupadas em função dos aversos e reversos encontrados. São provenientes das mais variadas origens e registadas durante um longo período de pesquisa, pelo que as consideramos uma amostra representativa do que deverá ter sido a cunhagem, com a reserva de não ser possível conhecer a ordem pela qual os grupos foram fabricados, muito embora cada um deles possa ser orientado pela evolução dos defeitos provocados nos cunhos com cada batimento do balancé.

QUADRO I
Moedas da série de X réis de 1713





As fórmulas de Giles F. Carter, utilizadas para o cálculo da quantidade de cunhos usada no fabrico das séries de 1699 e 1703, dão para estas moedas de 1713 a indicação de 13,28 cunhos, com um desvio-padrão de 0,40, o que confirma os 13 aversos encontrados com as 132 moedas — ou apenas 125, se retirarmos as espécies anómalas —, mas que permitem aceitar a utilização de 14 aversos, ou seja, mais um que não se terá revelado por ter produzido uma quantidade mínima de exemplares. Pela mesma razão poderão não aparecer os dois reversos em falta, que, presumivelmente, se terão quebrado pouco tempo após a sua colocação no balancé.

No estudo das moedas de D. Pedro II foi aceite a quantidade média de 10.000 exemplares por cada par de cunhos no fabrico destas séries, com base num outro estudo exposto anteriormente. Assim, porque a presumível quantidade de cunhos, preparada para a emissão da série de dez réis de 1713, terá sido de treze pares, admitimos que o número de moedas a fabricar foi de 130.000.

Com esta hipótese e porque o peso médio encontrado em 122 moedas, que não incluem as espécies anómalas, foi de 12,44 g, o qual corrigimos para 13,76 g, com o desgaste de 10 anos de uso a 1% ao ano, a quantidade de cobre utilizada para o fabrico desta série, terá sido de cerca de 1.800 quilos.

Sobre os cunhos utilizados no fabrico da moeda de X réis de 1713

A série das moedas de cobre de X réis de 1713 presume-se sintetizada no Quadro I. No primeiro grupo, o par de cunhos com o nº 1, constituído por um averso normal e um reverso com coroa de 25 palmas, bateu uma quantidade pequena de moedas, representada pelas três registadas. Na hipótese admitida, de a série fabricada ter sido de 130.000 exemplares, para a qual foram abertos treze pares de cunhos, essas três moedas, das 125 por nós encontradas, correspondem a 3.120 cunhadas.

No segundo grupo, fabricado com um outro par de cunhos, em que a coroa do reverso tem 27 palmas, as quatro moedas registadas representam 4.160 exemplares batidos.

O terceiro grupo, de 16 moedas observadas, que correspondem a 16.640 fabricadas, foi feito com dois novos aversos e um outro reverso, também com coroa de 27 palmas. O averso numerado 3 será o mais raro da série, conhecido apenas em duas moedas e com esse cunho já partido, das 2.080 que terão sido batidas com ele.

Do quarto grupo foi possível ver 39 moedas, batidas numa sequência de três novos aversos, numerados 5, 6 e 7, e de três novos reversos, com os números 4, 5 e 6. Correspondem a 40.560 exemplares fabricados. Neste grupo, as gravuras do averso 7 e dos reversos 4 e 5 têm alterações de alguma importância, presumivelmente não intencionais, que são facilmente notadas quando comparadas com as dos outros cunhos. O averso 7 afigura-se estar traçado na haste da letra J, mais de um lado do que do outro, o que não permite a certeza da intenção. Os reversos 4 e 5 têm a marca do valor X não ladeada por rosetas e são cunhos diferentes,

facilmente distintos, o primeiro com uma coroa de 28 palmas, que terá entrado em 22.880 moedas, e o segundo de 25 palmas, com 12.480 moedas batidas, usados um no seguimento do outro, o que também tem interesse, por existirem moedas de um mesmo anverso em que esses cunhos mudam. O reverso 6 tem uma coroa de 27 palmas e bateu apenas 5.200 moedas.

Ainda na análise deste quarto grupo, o ferro do anverso 7 tem uma particularidade notável. A gravura não se inutilizou na cunhagem desta série, dado que o cunho voltou a ser usado para abrir a emissão de X réis fabricada quatro anos mais tarde, em 1717, da qual foram encontrados quinze exemplares.

O quinto grupo da série de 1713 é o mais extenso e integra 56 moedas que, na hipótese, representam 58.240 batidas. Foi fabricado com cinco aversos, numerados de 8 a 12, e quatro reversos com os números 7 até 10, numa sequência de ligações.

Neste aspecto, este grupo revela bem a raridade das moedas de ligação entre um conjunto batido com um par de cunhos e outro conjunto semelhante feito com outro par. Note-se que, em regra, quando um cunho se quebra e é substituído, o seu par já tem defeitos provocados, quer por falta de nivelamento ou de orientação quer por imperfeita fixação ao balancé, e será substituído em breve. Destas moedas de ligação, a nº 110 do Quadro I, que liga o anverso 11 com o reverso 10, é um bom exemplo, encontrado há cerca de dez anos e que não voltou a aparecer. Outra moeda de ligação é a nº 100, que liga o anverso 10 ao reverso 9, por nós registada há mais de quinze anos, numa colecção que já não existe. A moeda nº 101 é muito semelhante à anterior, excepto no peso, e só a vimos há cerca de seis meses, numa colecção do Norte do País.

A análise dos cunhos deste quinto grupo mostra a gravura do anverso 8 com uma distribuição pouco comum dos pontos entre as letras da sigla J V, o que chama a atenção, sendo facilmente identificado. O seu par foi o reverso 7, que continuou em uso quando esse anverso 8, por algum motivo que não notámos, foi substituído pelo anverso 9, após um provável fabrico de 6.240 moedas. Contudo, esse anverso 8 aparece de novo, fora do contexto normal, ligado ao reverso 8 e também ao reverso 9, de 1713, em dois grupos separados, de três moedas anómalas cada um, figurados no final do Quadro I. Quatro anos após esta cunhagem, o mesmo anverso 8 foi de novo utilizado, como segundo anverso, também na série de X réis do ano de 1717.

O anverso 9 tem duas características que chamam a atenção. Uma delas, a roseta de quatro pétalas, por baixo da sigla J V, não tem pontos laterais, e a outra é a sigla J V com um ponto sobre o J. Deste anverso registámos 28 moedas, que corresponderão a uma cunhagem grande, cerca da tripla da média, de 29.120 exemplares.

O anverso 10 é um cunho normal, retirado após cerca de metade do seu ciclo médio de uso, com um fabrico de 5.200 exemplares, representados nas 5 moedas que encontrámos. Todavia, foi usado outra vez na cunhagem da série de X réis do distante ano de 1720, como cunho nº 6.

O anverso 11 também se evidencia, ao ter a gravura com outra distribuição pouco usual nos pontos colocados entre as letras J V, pois apresenta um ponto central entre as rosetas, além

dos dois laterais. Está registado em nove exemplares no Quadro I, sendo o último a moeda de ligação atrás mencionada com o nº 110. Serão representativos de 9.360 moedas desta série. Mais adiante iremos salientar o reaparecimento deste anverso 11 ligado a um reverso 8, na primeira das moedas anómalas apresentadas no final do Quadro I. Mas, este cunho 11 também aparece logo no ano seguinte, de 1714, como presumível terceiro anverso, utilizado para bater a parte final da pequena série de X réis desse ano.

O anverso final desta sequência tem o nº 12 e está representado em oito exemplares do Quadro I, os quais, na hipótese referida, corresponderão a 8.320 moedas cunhadas. Não foi até agora encontrado noutra lugar das cunhagens de D. João V.

Chegamos ao fim da parte normal da série de X réis datada de 1713, com o par formado pelo anverso 13 e o reverso 11, do qual temos o registo de sete moedas, que corresponderão a 7.280 exemplares fabricados. Este cunho de anverso 13 tem, para nós, a pior gravura de todos os que fizeram a série, talvez aberto posteriormente aos outros, por um aprendiz. Contudo, além de se encontrar na última parte desta série, voltou a servir como terceiro anverso no ano de 1717, ligado a um contestável reverso com a data de 1771, numa discutível gravura onde também ressalta o erro VTILITVTI. Quanto ao reverso 11, foi gravado com uma coroa de 25 palmas a envolver a marca do valor, como nos reversos 1 e 5.

Moedas anómalas na série de X réis de 1713

As moedas de X réis com a data de 1713, revelaram que alguns dos treze cunhos de anverso utilizados, voltaram a servir posteriormente, no fabrico das séries de 1714, 1717 e 1720.

Os cunhos, por vezes chamados ferros, eram, ao tempo, peças deste metal, em regra cilíndricas, com uma espessura semelhante ao diâmetro da moeda, onde, na base, era gravado em côncavo o desenho de uma face, a que se seguia a têmpera, para aumentar a consistência do metal. O lado oposto, em quadrado, era adaptado à parte fixa, ou à móvel, do balancé, onde o cunho ficava preso, devidamente nivelado e orientado. A precisão no fabrico dos cunhos, a fixação perfeita e a pancada da cunhagem determinavam o maior ou menor período de utilização desses cunhos.

Os cunhos não se inutilizavam apenas na extremidade que tinha a gravura. A outra também sofria a pancada e também se danificava, mas esse lado podia ir ao fogo e ser reparado. Por razões de segurança havia no Regimento da Casa da Moeda instruções para o seu uso e para a resolução dos problemas surgidos. Certamente alguns cunhos foram reparados, mas não deveriam ser reutilizados nesse ano em que tinham servido, pois não os encontramos ligados a outro grupo dessa série. Seriam, portanto, guardados e passariam a contar para uma futura emissão, contabilizados por um custo mais baixo, o da reparação.

Se foi fácil notar, com um cunho de anverso, a sua reutilização num ano posterior, por estar ligado a um reverso com data diferente, porque não aceitar que o mesmo terá sido feito com cunhos de reverso, isto é, datados, mas reaproveitados em anos seguintes, com

anversos desse ou de um outro ano? Esta hipótese afigura-se ser a mais provável para as sete moedas anómalas datadas de 1713. Estes tipos irregulares, que achámos nesta e noutras emissões de D. João V, não conseguem inserir-se de forma regular em qualquer lugar da série correspondente, e também nenhum está ligado, de forma irregular, a um grupo qualquer dessa mesma série.

Assim, estas moedas anómalas, embora batidas com cunhos de 1713, não terão sido fabricadas nesse ano. Outra hipótese, para situar a cunhagem, será a da nova utilização desses cunhos ter ocorrido no final de uma emissão pequena, com problemas nos cunhos, quer de duração quer de existência. Isto terá acontecido, com mais probabilidade, na pequena e estranha emissão de moedas de cobre do ano de 1717. Para um fabrico, que terá de admitir-se urgente, relativamente reduzido e diversificado em quantidades, de moedas dos quatro valores normais, foi aberto apenas um cunho de cada reverso, a utilizar ligados a anversos existentes, de anos anteriores. Há registos na Casa da Moeda, de cunhagens particulares de ouro ou de prata, autorizadas pelo rei, a pedido de altos dignitários do clero e da nobreza, que entregavam o metal e pagavam os custos.

Note-se que, em 1717, para ter sido aberto um só reverso para cada valor, seria sempre para cunhagens inferiores a 10.000 moedas de cada série, e ainda, deste ano, a espécie hoje mais vulgar é a de X réis e a mais rara a de real e meio, conhecida por um único exemplar. Este pequeno valor, que já não serviria para esmolos, não mais voltará a ser emitido.

Não cabe aqui analisar, em extensão, as emissões de cobre de 1717. Mas neste estudo, as moedas existentes informam-nos que, por imprevista inutilização do reverso de X réis de 1717, foi aberto outro, onde ressaltam os erros de 1771 e VTILITVTI, certamente por um artifice com pouca experiência. Com estes dois reversos de X réis foram usados os três anversos de 1713, atrás referidos, podendo bem aceitar-se que o fabrico não terá atingido a quantidade pretendida. Terá sido por isso finalizado com moedas anómalas, datadas de 1713, de cuja emissão tinham ficado cunhos inutilizados, que podiam ser reparados ou já reparados. Esse ano de 1717 é, para nós, a hipótese preferida, até que, com mais moedas observadas, ela se confirme inteiramente ou outra apareça.

Conclusões

As moedas anómalas apresentadas, datadas de 1713, são a base que temos para a aceitação, com reservas, da existência de mais dois tipos de moedas de X réis com a data de 1712, diferentes do tipo normal e assinaladas, sem fotografia comprovativa, a partir da terceira edição do catálogo de Moedas Portuguesas actual.

Afigura-se que toda a cunhagem de 1712 foi bastante pequena, com um único par de cunhos para cada valor, sendo considerada por nós como um ensaio para futuros fabricos monetários volumosos, destinados a repor as quantidades em circulação ao nível das existentes no período final do reinado anterior. Assim foi feito, com as moedas de dez e de cinco réis em

1713 e com os cinco réis outra vez no ano seguinte, mais os três réis e o real e meio, com os pesos reduzidos, para diminuir o valor das arrematações de cobre importado, já cortado em chapas para moedas, e para obstar a algum uso na indústria desse cobre amoadado.

Mostrou-se que, dos 13 cunhos de anverso para os X réis, abertos e usados em 1713, pelo menos 5 voltaram a ser utilizados em emissões normais posteriores. Detectou-se a utilização de reversos, datados desse ano, com aversos que não lhes correspondem. Foi pressuposta a utilização desses reversos fora do contexto normal, em anos seguintes, nos mesmos termos do uso dos aversos, dentro de uma política de economia na despesa da Casa da Moeda.

Assim, as reservas que colocámos para a aceitação das duas presumíveis moedas de X réis datadas de 1712, diferentes da série normal, poderão ser ultrapassadas, sendo suficiente comparar os seus reversos com o reverso de uma moeda normal desse ano e confrontar os seus aversos com as mesmas faces de moedas de anos seguintes, designadamente, numa delas, o único anverso de X réis conhecido com “ponto sobre o J”, da emissão de 1713, mencionado com o número 9 no Quadro I e figurado na respectiva foto.

Livros consultados

Arquivo da Casa da Moeda: *Manuscrito do Livro Segundo do Registo Geral*, 1687/1723

A. C. TEIXEIRA DE ARAGÃO – *Moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, Tomo II, Lisboa 1877

ALBERTO GOMES – *Moedas Portuguesas*, todas as edições, Lisboa, 1988/2003

RITA MARTINS DE SOUSA – *Moeda e metais preciosos no Portugal setecentista, 1688-1797*, Lisboa, 2006

Agradecimentos

O autor agradece a todos os que, de algum modo, facultaram a observação das moedas que agora serviram para este estudo. Sem esse registo que, nas séries maiores deverá, no mínimo, ser superior à centena de exemplares, não seria possível fazer um trabalho deste género, de qualidade aceitável.

Um agradecimento mais destacado vai para José Paulo Ruas. Com a sua sensibilidade de artista e os seus conhecimentos técnicos foi possível, de negativos fotográficos antigos, obtidos em grande parte em condições inadequadas, tirar uma reprodução digitalizada que permite uma visualização gráfica de pormenor.

No estudo anterior, o não tratamento das fotografias das moedas de cobre de D. Pedro II levou a uma péssima reprodução, havendo projectos para uma nova publicação melhorada.

Lisboa, 30 de Abril de 2007.

FOTOS AMPLIADAS COMPROVATIVAS DOS CUNHOS NORMAIS
DAS MOEDAS DE 1712



Moeda de X réis, com 11,55g e 35,5mm, da antiga colecção V. Cordeiro



Moeda de V réis, com 6,46g e 31mm, da colecção A.B.



Moeda de III réis, com 4,26g e 26,5mm, da colecção C.M.C.



Moeda de I 1/2 réis, com 1,93g e 22mm, da colecção C.M.C.

FOTOS AMPLIADAS COMPROVATIVAS DOS CUNHOS NORMAIS
DAS MOEDAS DE X RÉIS DA SÉRIE DE 1713



Cunhos 1 de anverso e reverso, do Quadro I, moeda 1, com 14,86g e 36mm, do autor



Cunhos 2, idem, moeda 4, com 14,12g e 36,5mm, da Biblioteca Nacional de Lisboa.



Cunho 5 de anverso e reverso 4, moeda 26, com 14,41g e 36mm, da colecção C.C.



Cunho 6 de anverso com reverso 4, moeda 36, com 13,85g e 37mm, do autor.



Cunho 7 de anverso com reverso 4, moeda 42, com 12,15g e 36mm, da colecção M.A.



Cunho 7 de anverso com reverso 5, moeda 49, com 11,35g e 36mm, da colecção J. Reis.



Cunho 7 de anverso e reverso 6, moeda 61, com 10,84g e 36,5mm, colecção R. Melo.



Cunho 8 de anverso com reverso 7, moeda 63, com 14,73g e 36,5mm, da colecção M.A.



Cunho 9 de anverso e reverso 7, moeda 72, com 12,66g e 36mm, antiga col. R. Melo. Este anverso de 1713, com ponto sobre o J, será provavelmente o da moeda de 1712, não fotografada, assinalada no catálogo A.G. Se assim for, não foi batida em algum destes dois anos, mas sim num dos anos seguintes até 1721.



Cunho 9 de anverso e reverso 8, moeda 77, com 14,48g e 36,5mm, da colecção M.A.



Cunho 10 de anverso e reverso 8, moeda 97, com 14,49g e 36,5mm, da colecção M.A.



Cunho 12 de anverso e reverso 10, moeda 117, com 10,88g e 37mm, da colecção M.A.



Cunho 13 de anverso com reverso 11, moeda 120, com 13,15g e 35,5mm, do autor.

MOEDAS ANÓMALAS, AMPLIADAS, COMPROVATIVAS DO USO
DOS CUNHOS NORMAIS DA SÉRIE DE 1713



Cunho 11 de anverso e reverso 8, moeda 126 com 13,47g e 36mm, colecção J.L.



Cunho 8 de anverso com reverso 8, moeda 128 com 14,10g e 36,5mm, do autor.



Cunho 8 de anverso com reverso 9, moeda 132 com 11,87g e 36mm, colecção F.M.

